



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

## COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJR):

**PARECER N° 130**, de 16 de agosto de 2021.

**OBJETO:** Projeto de Lei Ordinária nº 113/2021, que “*Dispõe sobre a autorização para a participação do município de Ubá no Consórcio Público denominado Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba - ICISMEP.*”

**AUTORIA:** PREFEITO EDSON TEIXEIRA FILHO

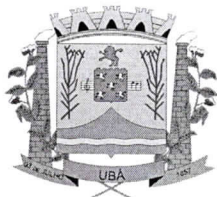
### 1- RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei, de iniciativa do Poder Executivo, que visa a autorização para a participação do município de Ubá no Consórcio Público denominado Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba – ICISMEP.

A presente proposição, após passar pela discussão nesta Comissão e entrará em pauta observando os termos regimentais, em Sessão Ordinária. Importante ressaltar que fora solicitado *regime de urgência* por parte do Poder Executivo, utilizando-se da prerrogativa disposta no artigo 83 da Lei Orgânica Ubaense.

De acordo com a justificativa apresentada pelo chefe do executivo, “Com a participação do Município no Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba – ICISMEP, estaremos proporcionando à Ubá o acesso a um leque de serviços e assistência capaz de proporcionar melhorias e benefícios à população local, (...)”.

Dessa forma, seguindo os ditames regimentais, vem a esta comissão o projeto em questão, a fim de ser apreciada quanto aos seus aspectos constitucional, legal e jurídico, com fulcro no artigo 48 do Regime Interno da Câmara Municipal de Ubá (Resolução 10/1993):



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

**Art. 48. Compete a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final:**

*I- Manifestar-se quanto ao aspecto constitucional, legal e regimental e quanto ao aspecto gramatical e lógico sobre todos os assuntos entregues à sua apreciação, citando, quando for o caso, o dispositivo constitucional, legal ou regimental.*

(...)

Feito o relatório, passa-se a opinar.

## II- FUNDAMENTAÇÃO

O projeto reúne condições para prosseguir em tramitação, encontrando fundamento no art. 77, caput, da Lei Orgânica Municipal de Ubá, segundo o qual a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara, ao *Prefeito Municipal* e aos Cidadãos.

Quanto ao que prevê o ordenamento jurídico acerca da celebração de Consórcios Públicos, a Constituição da República de 1988 afirma que os entes federados irão discipliná-lo por meio de lei.

*Art. 241. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos. (EC no 19/98).*

Idêntica disposição é encontrada no artigo 14, §12 da Constituição Estadual de Minas Gerais.



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Na legislação local, disciplina a Lei Orgânica do Município de Ubá em quais situações são permitidas a celebração dos Consórcios com outros Municípios: a) faltarem recursos técnicos ou financeiros; b) houver interesse mútuo para sua celebração.

*Art. 186 O Município poderá realizar obras e serviços de interesse comum, mediante convênio com o Estado, a União ou entidades particulares, bem assim, através de consórcio, com outros Municípios, quando lhe faltarem recursos técnicos ou financeiros para a execução do serviço em padrões adequados, ou quando houver interesse mútuo para a celebração do convênio.*

Logo, a celebração de consórcios intermunicipais consiste em instrumento de aprimoramento da gestão pública, de modo que os municípios passam a contar com uma estrutura administrativa bem aparelhada.

Conforme informações retiradas da mensagem nº 38, enviada pelo executivo municipal, o ICISMEP “é uma entidade pública que tem o objetivo de desenvolver ações e serviços que venham a contribuir com soluções diferenciadas na gestão do serviço público aos municípios oferecendo condições para o seu fortalecimento.”

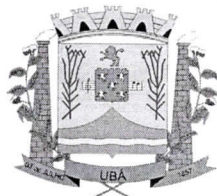
Nesse sentido, esta Comissão entende que a participação do Município de Ubá no referido Consórcio público irá fortalecer seu alcance ante as mais variadas instâncias de governo, considerando que atualmente o ICISMEP é composto por mais de 50 municípios mineiros.

A participação mensal que caberá ao Município de Ubá, conforme esclarecido pelo executivo, está estimada em R\$ 7.000,00 (sete mil reais), sendo 50 % desse valor retornável em serviços para o município.

Consta ainda no referido projeto de lei (Art. 4º) a necessidade de elaboração de contrato de programa pelo Poder Executivo, disciplinando os serviços e as obrigações entre os municípios e o consórcio público, garantindo o preenchimento de requisitos formais que asseguram a transparência nas contratações feitas pela Administração.

Considerando os diplomas legislativos que disciplinam o tema, a Lei Federal nº 11.107/2005 é a que dispõe sobre as normas gerais de contratações de consórcios públicos. Podemos depreender de seu texto que consórcio público é pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, para estabelecer relações de cooperação federativa,





# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, ou como pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos.

No tocante à previsão de autorização legislativa, traduz-se exigência prevista na LOM a anuência da Câmara Municipal na participação do Município em consórcios como este:

*Art. 56 Compete à Câmara Municipal, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:*

*(...)*

*XXIV – autorizar a participação do Município em convênio, consórcio ou entidades intermunicipais relativos à gestão de função pública, ao exercício de atividade ou à execução de serviços e obras de interesse comum.*

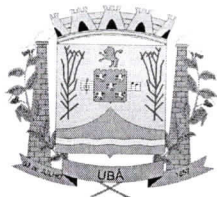
*(...)*

Destarte, no âmbito do *controle de constitucionalidade*, como a finalidade do P.L. nº 113/2021 é a de autorização para participação no ICISMEP, observou os requisitos legais e constituições em sua elaboração. Dessa forma, nós da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final entendemos que a autorização pleiteada pelo executivo é, além de legal, essencial para o fortalecimento da gestão do poder público municipal.

Quanto à *adequação da espécie legislativa*, não há na Constituição Federal de 1988, na Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989 e tampouco na Lei Orgânica do Município de Ubá de 1990 qualquer reserva da matéria à lei complementar. Logo, correta está a forma legislativa utilizada, qual seja, a de lei ordinária.

Por estes fundamentos, entendemos que o projeto de Lei em Referência é legal e constitucional, além de atender aos requisitos constitucionais e legais relativos à matéria, bem como os princípios gerais da Administração Pública de Direito Constitucional. Ressaltamos, também, que o projeto está redigido em boa técnica legislativa e atende aos parâmetros de juridicidade, não havendo nenhuma violação reflexa ao ordenamento jurídico, sobretudo em relação ao orçamento anual e a utilização dos recursos pretendidos.

Quanto ao *quórum de aprovação* o Regimento Interno da Câmara Municipal de Ubá disciplina que as deliberações do Plenário quando se tratar de projeto de lei ordinária será



## Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

apreciada em dois turnos de votação (art. 136, RICMU) e, regra geral, serão tomadas por maioria simples (art. 37, §3º, RICMU).

### III- CONCLUSÃO

Ante o exposto, o parecer é pela **constitucionalidade e legalidade** do Projeto de Lei nº 113/2021. Informa-se ainda que lei ordinária será apreciada em *dois turnos de votação* e sua aprovação depende de *maioria simples* desta Câmara Municipal.

Portanto, resta claro, em vista do exposto, que ao se levar em conta a temática abordada, o projeto se encontra apto à tramitação, tanto em seu *aspecto formal quanto material*, estando em perfeita harmonia com os dispositivos da Constituição Federal, da Lei nº 11.107/2005, da Constituição Estadual de Minas Gerais, da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno desta Casa.

Nesse sentido, quanto à competência deste órgão e a essencialidade do tema em debate, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final opina pela *aprovação do Projeto de Lei n.º 113/2021*.

Ubá, 16 de agosto de 2021.

EDEIR PACHECO DA COSTA  
PRESIDENTE DA COMISSÃO

JOSÉ MARIA FERNANDES  
MEMBRO DA COMISSÃO

GILSON FAZOLLA FLGUEIRAS  
MEMBRO DA COMISSÃO